

## Identificação da empresa

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.  
Sede: Av. de Santo António  
7301-853 Portalegre  
NIF: 508094461

## Missão

Cumprindo os desígnios do Programa do XVII Governo Constitucional em que a aposta na criação de Unidades Locais de Saúde (ULS) era fundamental no incremento da articulação de cuidados, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA) integra o Hospital Doutor José Maria Grande de Portalegre, o Hospital de Santa Luzia de Elvas e os 16 Centros de Saúde da extinta Sub-Região de Saúde de Portalegre, dotando-a de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Promover o potencial de todos os cidadãos, através do fomento da saúde e da resposta à doença e incapacidade, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a tutela da dignidade humana e a investigação permanente, na procura contínua de soluções que reduzam a morbilidade e permitam obter ganhos em saúde.

## Objectivos

Com a criação da ULSNA podemos destacar dois grandes objectivos:

- Ao nível assistencial, passou a gerir em comum as capacidades disponíveis das unidades integradas, por um lado melhorando a complementaridade assistencial e, por outro, resolvendo insuficiências de rentabilização de recursos;
- Ao nível da organização administrativa e gestionária, diminuir os custos de exploração em consequência da concentração de serviços, obtenção de economias de escala e multiplicação dos mecanismos de articulação entre os hospitais.

## **Políticas da Empresa**

A possibilidade de uma estrutura da dimensão da ULSNA poder dar resposta às necessidades de saúde da população do distrito de Portalegre obriga a um redimensionamento estratégico que resulte numa maior eficiência técnica e económica.

Esta etapa, pode constituir-se como uma excelente oportunidade de desenvolvimento e actualização estrutural, intervindo no mercado, com dinâmica empresarial que permita reduzir desperdícios, alterar a espiral de custos, rígida e sem tradução nas necessidades de produção e finalmente conquistar áreas em complementaridade da prestação de cuidados de saúde: cuidados primários referenciados e continuados

Foram traçados os seguintes eixos estratégicos de actuação:

Eixo 1. Dinamizar e assegurar a resposta às necessidades de saúde da população no âmbito de referência da ULS numa perspectiva de complementaridade e articulação de cuidados que resultem numa correlação equilibrada entre os custos e os benefícios;

Eixo 2. Incentivar e desenvolver o estabelecimento de parcerias em áreas para as quais a unidade local de saúde não é institucionalmente referenciada e não se encontra vocacionada nem se afigura globalmente vantajosa na relação de cuidados a prestar e estrutura de custos;

Eixo 3. Rentabilizar, optimizando os recursos existentes melhorando assim, o âmbito e a qualidade da oferta de serviços à população;

Eixo 4. Modernizar os sistemas de apoio à prática clínica e à gestão, apostando nas tecnologias de informação e comunicação;

Eixo 5. Promover e implementar acções de promoção da saúde que se tornem custo/efectivas, nomeadamente em áreas de patologias com elevada prevalência regional e morbilidade, em grupos com grau de vulnerabilidade mais susceptível, na prevenção dos comportamentos de risco e na prevenção terciária;

Eixo 6. Planear e desenvolver políticas de Recursos Humanos de qualificação, melhoria contínua e estímulo dos vários grupos profissionais, numa óptica de racionalidade que resultem em maior eficácia e eficiência na resposta aos cidadãos.

Eixo 7. Promover e construir uma política global de qualidade que crie junto da população uma imagem estrutural de referência, confiança e crédito.

## Obrigações de Serviço Público

A Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, tem por obrigação a prestação de cuidados de saúde, de acordo com o seu grau de diferenciação e o seu posicionamento no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

A área de influência a que está adstrito, no contexto do Serviço Nacional de Saúde, corresponde ao distrito de Portalegre.

## **Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público**

A prestação de serviço público no âmbito do SNS é regulada através de um Contrato-Programa estabelecido com a ARS - Alentejo e a Administração Central do Sistema de Saúde IP, no qual estão definidos os objectivos do plano de actividades da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E, para o quadriénio 2007-2010, bem como todas as contrapartidas financeiras relativas à produção contratada.

No que concerne, aos utentes abrangidos por outros subsistemas, a prestação de cuidados de saúde decorre da natureza de serviço público e da aplicação das normas legais que materializam a observância dos princípios de equidade e de acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde.

## Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

Um dos pilares fundamentais definidos na Carta de Missão referente às tarefas de Planeamento da ULSNA, EPE, preconiza a “conceptualização da estrutura de financiamento para a unidade de saúde”. Neste sentido, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Escola Nacional de Saúde Pública e a Administração Regional de Saúde do Alentejo (entidade que representou a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano neste processo) que prevê o auxílio técnico da primeira entidade à segunda, na definição de um modelo de financiamento para a ULSNA, EPE.

Como resultado dessa interacção foi apresentado pela ENSP uma proposta que foi amplamente sufragada pelos elementos do Conselho de Administração, Coordenação da Sub-Região de Saúde de Portalegre e Administração Regional de Saúde do Alentejo.

Desde logo foi consensual entre as diversas entidades intervenientes que seria desejável a não coabitação de modelos de financiamento diferentes quer para os cuidados primários quer para os hospitalares e que coexistem actualmente (conforme acontece com a ULS de Matosinhos): duas modalidades de pagamento distintas entre unidades prestadoras de cuidados de saúde primários e hospitalares que integram a ULSNA: enquanto as primeiras se tipificam pelo pagamento por capitação, as segundas recebem o seu financiamento operacional em função da produção realizada em determinado exercício económico.

Como se refere no estudo apresentado pela ENSP, “a utilização de diferentes modalidades de pagamento para os diferentes níveis de prestação de cuidados poderá resultar num conjunto de implicações indesejadas no plano produtivo das organizações prestadoras de cuidados de saúde.

O fomento da produção hospitalar através do pagamento por episódio e o simultâneo pagamento por capitação aos Centros de Saúde, pode gerar numa lógica de integração funcional inter-institucional uma vantagem económica comum perversa para a acessibilidade do doente ao sistema de saúde, isto porque no caso de uma orientação para a abertura de porta de prestação de cuidados de saúde aos cuidados diferenciados, o Centro de Saúde maximiza a diferença entre receitas e custos (que evita), o Hospital porque mais recebe quanto maior for o seu nível produtivo.

Esta assunção é tanto mais importante num contexto de mercado em que a estrutura de oferta detém capacidade de indução sobre a procura, condicionando o seu encaminhamento no sistema e determinando as suas escolhas que lhe delega num contexto assimétrico de informação”.

Assim, o modelo de financiamento proposto para a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano assenta na modalidade de capitação ajustada pelo risco que se justifica:

- Pela ineficácia do sistema de pagamento pela produção, seja através do pagamento por produto ou por case - mix, que após uma década de experiência não resultou numa promoção de eficiência hospitalar;
- Pela possibilidade de adaptação às características específicas demográficas e epidemiológicas da Região do Norte Alentejo;
- Pela capacidade de reflectir as diferenças entre entidades geográficas (nacional, regional, distrital ou concelhio) de oferta e procura de cuidados de saúde;
- Permite reflectir a natureza integradora dos diferentes níveis de cuidados de saúde;
- Porque pode ser promotor da eficiência e qualidade;
- Porque a Unidade Local é financeiramente incentivada a executar estratégias produtivas orientadas para a promoção e prevenção da doença em detrimento de um tratamento diferenciado mais oneroso.

Contudo, a presente matéria é da competência do Ministério da Saúde e até à data actual o modelo de financiamento mantém-se inalterado.

